

TSE vai decidir sob clamor público

Fez bem o Tribunal Superior Eleitoral em queimar prazos para tentar decidir na quinta-feira o pedido de registro do candidato Sílvio Santos. Com isso atenua as tensões eleitorais e políticas armadas por essa insólita petensão de inserir na disputa 15 dias antes da data do pleito um candidato que não souou a camisa como os demais nem se expôs ao desgaste da campanha. Corrêa, no PMB, renunciou sem que houvesse razão aparente para fazê-lo e muito menos razão real para pôr alguém em seu lugar. Como disse um dos parceiros, tratou-se apenas de um negócio cuja trama está exposta nas arrasadoras narrativas feitas neste jornal por Teodomiro Braga e Teresa Cardoso. Quando a lei admitiu substituição de última hora previu apenas emergências que até aqui não ocorreram. Não se pensou na hipótese de que se armassem pontos para revendê-los em cima da hora.



Essa circunstância ajuda a dramatizar o clamor público que se armou em todo o país contra o golpe da candidatura Sílvio Santos, mediante o qual se pretendeu alterar os resultados eleitorais por métodos indevidos. Pergunta-se, como o fez o **ombudsman** da **Folha**, fosse outro o candidato, Antônio Ermírio de Moraes por exemplo, se a celeuma seria a mesma. Provavelmente não. Mas a hipótese não pode ser examinada quando se sabe que o empresário paulista, sondado pelo próprio presidente, considerou incorreto introduzir-se no pleito e recusou-se a esse serviço. Santos não só o aceitou como pendurou-se num avião entre São Paulo e Brasília para transar e finalmente fechar o negócio. Essa a diferença entre um e outro, e diferença de tal ordem que se Ermírio por acaso tivesse emergido como candidato logo se saberia de razões legítimas para que tal coisa ocorresse.

O presidente José Sarney está tendo dificuldades para desvencilhar-se da responsabilidade de ter deflagrado esse sinistro movimento. Sua palavra deve pesar sem dúvida, mas há circunstâncias que o comprometem independentemente de que ele tenha tido participação ativa ou não. No veto, como se sabe, ele teve cúmplices: os partidos. Mas, a começar pela armação da trama, tudo foi conduzido por personagens menores do círculo palaciano que procuravam se acobertar com o suposto endosso das suas atividades. Sarney, pelo menos, admitiu ter, a pedido de amigos, conversado sobre sucessão com Antônio Ermírio, o que seria quando nada inesperado em alguém que proclamou a decisão de portar-se como magistrado. Ninguém, no entanto, é suficientemente ingênuo para supor que um político experiente e homem de luta, apesar da natureza branda, como o atual presidente, agredido e ferido na honra, marcharia para o matadouro sem ber-rar.

A narrativa modelar dos repórteres do **JORNAL DO BRASIL** dá achegas à solução do problema, mas sobretudo põe a nu a qualidade dos personagens que foram os parceiros de Sílvio Santos nas tratativas brasileiras. Marginais da política em tudo e por tudo semelhantes ao conhecido **Homem do Chapéu**. Há de supor-se que, antigo governador, ex-ministro de Estado e presidente de partido, o senador Hugo Napoleão tenha se sentido algumas vezes como Aureliano Chaves nos momentos finais dos episódios ocorridos no PFL, isto é, como um São Jorge no próstibulo. O senador Marco Maciel purga, aparecendo na TV em propaganda da candidatura partidária, o pecado de ter introduzido Sílvio Santos num mundo no qual jamais deveria ter entrado, o da coisa pública.

São dois os problemas postos perante a Justiça Eleitoral nesta reta final da campanha. O do registro de Sílvio Santos, que, a atender o repúdio público que ganhou dimensão oracular na voz de Sobral Pinto, não deveria ser feito, e o das agressões continuadas à pessoa do presidente da República. Fernando Collor de Mello carregou a mão ao expressar seu desagrado e seus temores pela inclusão de Sílvio Santos na jogada. Ele foi além da medida nos ataques a Sarney, deslembado de que há um mínimo de respeito e decoro a ser mantido quando se trata de criticar alguém colocado na posição de chefe do governo e chefe do Estado. Esse descontrole de emoção ou de táticas eleitorais não lhe serve. Antes pelo contrário. De empresário e político, que se dirigia em telegrama a Sarney, ouvimos que não aceitava que se tratasse da maneira pela qual Collor o faz o presidente da República e que exigia do presidente resposta contundente, severa e definitiva. Ele vai à televisão, para fazê-lo.

À margem dessas crises de processo, há sem dúvida uma crise mais profunda a que alude em entrevista mestre Afonso Arinos de Mello Franco, para quem a eleição vai tirar das urnas uma crise insolúvel. É a crise das instituições e da Constituição, que ficou a meio-caminho. Ganhe quem ganhar não terá condições de governar. Embora cheio de votos, estará vazio de apoio político e parlamentar numa situação constitucional que limita os poderes presidenciais sem definir quem deverá exercê-los. A nova proposta parlamentarista nascerá junto com a eleição independentemente das características ideológicas e políticas do vitorioso. Será uma imposição da realidade.

Carlos Castello Branco